

O ESTADO NOVO E OS BASTIDORES DO PODER POLÍTICO

THE “ESTADO NOVO” AND THE POLITICAL POWERS

Susan Lewis¹

Resumo

No Brasil, a ditadura estado-novista legitimou-se através da construção de um sistema ideológico bastante amplo, elaborado e centralizador, baseado não apenas na repressão, na vigilância e no terror do aparato policial, mas, também, na constituição de uma máquina de propaganda doutrinária voltada para as massas. Na prática, continuidades e mudanças caminhavam juntas, porém os discursos da época ressaltavam, justamente, as inovações apresentadas como revolucionárias pelo Estado Novo. Os bastidores da política, os diversos aspectos que constituem seus meandros, podem ser observados, com significativa ênfase, em Pernambuco, através das produções discursivas e/ou das práticas geradas pela interventoria de Agamenon Magalhães.

Palavras-chave: Ditadura. Estado Novo. Agamenon Magalhães.

Abstract

In Brazil, the “estado-novista” dictatorship legitimized itself by building an ideological

system rather broad, elaborate and centralized, based not only on repression, surveillance and terror of the police force, but also in the formation of a doctrinal propaganda machine facing the masses. In practice, continuities and changes went together, but the speeches of the time stressed precisely how revolutionary innovations presented by the New State. The backstage politics, the various aspects that constitute its intricacies can be observed, with significant emphasis on Pernambuco, through the discursive production and / or practices generated by interventor Agamenon Magalhães.

Keywords: Dictatorship. New State. Agamenon Magalhães.

1. INTRODUÇÃO

Negando “os princípios políticos do liberalismo clássico” e adotando “novas formas de controle social, agora dirigidas de maneira cada vez mais centralizada à sociedade como um todo” (CANCELI, 1993, p. 25), a década de 1930 se opôs ao período anterior. “A população era mantida em um estado de excitação contínuo através de discursos, de medidas saneadoras constantemente anunciadas e da incessante ação policial. Tudo disseminava a ideia de que, efetivamente, articulava-se a transformação da sociedade” (*Idem*, p.76). Nessa

¹ Doutora em História. Professora da Faculdade Damas.

perspectiva, o aparato policial foi de fundamental importância para fazer valer o projeto político do Estado Novo, que intensificava o controle social em um regime nacionalista. Entre as estratégias de poder policial estavam a repressão, o terror e a vigilância. As funções atribuídas à polícia nos anos posteriores a 1930 geraram a centralização do órgão, sua independência e importância em relação a outras instituições, bem como novas técnicas de poder. O terror, os métodos de tortura, a delação faziam parte do período, fornecendo suportes para a legitimação do regime.

No sistema penitenciário foram sendo colocadas parcelas da população indesejada e desrespeitadas as normas legais e os direitos humanos. Mas se a repressão constituía um dos grandes alicerces da ditadura, não era o único. Nesse sentido, podemos considerar a pergunta feita por Foucault: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Para o autor, o poder, visto somente em sua concepção jurídica, seria apenas interdição, proibição. Para que seja aceito e sobreviva, no entanto, é necessário que traga consigo, também, uma produtividade, uma força que induza ao prazer, produza saberes e discursos e atue através de todo o corpo social. Poder, assim, que divulgue verdades, formas de como devemos viver, pensar e atuar.

As verdades que se construía em torno de novos poderes como os nazifascistas e que apresentavam os regimes liberais como modelos ultrapassados e inviáveis influenciavam e serviam para que a ditadura fosse instalada no país. A própria Constituição de 1937, autoritária e centralizadora, era um exemplo da influência das ideias que rompiam com a tradição liberal. A contraposição ao liberalismo estaria presente na afirmação dos ideais do regime estadonovista, que se apresentaria como portador de valores e práticas novos. O *novo* era constantemente ressaltado e servia como elemento legitimador para a ditadura. Esta

diretriz tinha o intuito de estabelecer o presente como instituidor de novas práticas políticas, de realidades diferenciadas, em oposição a um passado apresentado como negativo e, portanto, condenado ao fim. Mesmo não sendo concebido como o ponto zero – já que o golpe de 1937 aparecia como o redentor do que era visto como desvios da Revolução de 1930 –, o regime de exceção constituiu-se através da representação do novo, como sendo o seu portador diante de uma sociedade que necessitaria de mudanças (GOMES, 1982). Nesse sentido, afirmava que libertaria o homem de seus antigos domínios em que havia a predominância de interesses particulares e que iniciava o que seria a era do primado do bem público, ou seja, os direitos individuais estariam, a partir de então, limitados pelo interesse coletivo da população (MAGALHÃES, 1985).

O Estado Novo apresentava-se em contraposição aos regimes liberais, que teriam falhado em questões primeiras como a do bem-estar do homem na sociedade. Colocava-

se em oposição às antigas democracias e suas formas de representação eleitoral ou igualdade política, oferecendo, em contrapartida, um regime sob a égide de um Estado forte, responsável pela realização dos direitos sociais. Era a instituição da democracia social. O Brasil do regime liberal, com sua primazia sobre o indivíduo, ficava para trás e surgia, em seu lugar, uma política responsável pela inserção de um novo homem, integrado e socialmente protegido (VELLOSO, 1982). Esta engenharia discursiva do poder teve em Agamenon Magalhães um dos principais articuladores no estado de Pernambuco. O líder político passou a tratar o passado liberal como parte de um tempo em que existia apenas a ilusão eleitoral (uma vez que não havia um compromisso entre Estado e sociedade depois do voto), e o Estado Novo como solucionador dos males passados:

Antes de 10 de Novembro havia a ficção do voto. O cidadão comparecia em dia e hora marcada à seção eleitoral e escolhia o

governador, o deputado ou o Presidente da República. Depois disto, lavava as mãos como Pilatos. Não tinha mais encargos, nem deveres. O eleito que se aguentasse. Essa forma de participação individual do cidadão no governo era evidentemente ilusória. Nem o eleito, nem o povo tinham responsabilidades. Eram soberanos. O regime de 10 de Novembro acabou com essa comédia. O governo hoje é a nação viva, atuante, decidida (MAGALHÃES, 1985, p.30).

A centralização imposta no país resultava na construção de novas tramas que envolveriam o cenário nacional, a exemplo do controle das informações nos meios de comunicação e da propaganda política, que já aconteciam ao longo da década de 1930, mas seriam consolidados com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939 (BORGES, 1998).² “É durante o Estado

Novo que se elabora a montagem de uma propaganda sistemática do governo. E o que é mais inédito é que existe todo um discurso que legitima a necessidade de se propagandear o governo.” (VELLOSO, 1982, p.12). No período ditatorial, as lideranças políticas passaram a investir na propaganda política de massas através do rádio, do jornal, do teatro, da música... Os veículos de comunicação, submetidos ao controle do DIP, seriam de importância fundamental para sustentar o regime estado-novista.

No rádio e na imprensa, o governo voltaria com mais força sua atenção para executar a propaganda política, controlando rigorosamente as informações que deviam fortalecer o modelo do *novo* Estado. Modelo este que não resultaria em um discurso oficial único, mas que, apesar

am se estabelecer se obtivessem registro no DIP, e as atividades profissionais também ficaram sob seu controle; a partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no departamento. Os que insistiram em manter sua independência tiveram sua licença cassada.” (CAPELATO, 1995, p. 204).

² Eis alguns dados reveladores do controle que o DIP instituiu nos meios de comunicação: “As empresas jornalísticas só podi-

das diferentes concepções expostas, apresentava elementos partilhados, como aponta Lúcia Lippi, pela maior parte de sua elite intelectual e política. Entre eles estariam “a defesa de um projeto centralizador para a política brasileira” e “a defesa do papel predominante, prioritário e exclusivo das elites no processo de mudança social” (OLIVEIRA, 1982, p.32). Sobre a força dos meios de comunicação para difundir os ideários estado-novistas, principalmente através da imprensa escrita e do rádio, dizia Agamenon Magalhães em um de seus artigos:

A imprensa e o rádio são hoje os poderosos motores da opinião. Em um segundo a opinião pode ser esclarecida, modificando o seu julgamento sobre um determinado fato, como em igual tempo, pode ser exaltada, assumindo atitudes de revolta e condenação injusta. O bem e o mal estão destarte polarizados entre a rotativa e o rádio. Uma palavra se imprime e irradia hoje com a velocidade da luz. Por isto a

propaganda deve ser função do Estado porque, sem ela, não há visibilidade, nem orientação (MAGALHÃES, 1985, p.247-248).

2. AGAMENON MAGALHÃES: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E OS VALORES TRADICIONAIS

Foi em três de dezembro de 1937 que o homem nascido no sertão e que conseguira projeção nacional assumiu a interventoria de Pernambuco. Naquele momento, Agamenon Magalhães consolidava uma carreira política que havia iniciado anos antes, quando ingressara no Partido Republicano Democrata, sendo eleito, em 1918, deputado estadual. Bacharel em Direito, ele deixara para trás a antiga tentativa de exercer o sacerdócio e talvez, no momento de sua indicação, ou mesmo na ocasião de sua posse, estivesse entre os seus pensamentos a desistência da vida religiosa e os outros caminhos que decidira trilhar. No dia em que assumiu oficialmente a interventoria renunciou na sacada do palácio

do Campo das Princesas, em que ficaria durante sete anos e dois meses, a frase que viria a ser a marca de seu governo: “vim para criar a emoção do Estado Novo” (Apud BELOCH e ABREU, 1984, p. 2015). Como político, Magalhães esteve ao lado de Getúlio Vargas desde o início, tendo defendido e participado, inclusive, da Aliança Liberal e das lutas que depuseram o presidente Washington Luís em outubro de 1930. Em julho de 1934, tornou-se ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e, em janeiro de 1937, assumiu interinamente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, passando a ocupar, assim, dois cargos estratégicos no governo do presidente Vargas. Na posição de interventor não descuidaria de criar as emoções que deveriam ajudar a fortalecer o regime estado-novista. “Particularmente em Pernambuco, o esquema de propaganda e divulgação das obras e realizações do Estado Novo estava muito bem articulado” (Cf. PANDOLFI, 1984, p. 52).

Pode-se considerar que “não há exercício de poder

sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade.” (FOUCAULT, 1999, p. 28-29.) Justamente este tipo de poder, que cria e institui verdades, é que seria concretizado através da palavra escrita e falada de que fez uso Magalhães, o político que se autorrepresentava como *doctrinador*, *propagandeador*. Em seus textos para o jornal e o rádio, onde estavam presentes os assuntos mais variados – economia, política, agricultura, cangaço, cultura, educação, filosofia, família, imprensa, siderurgia, saúde, etc. –, apresentava soluções para os problemas focalizados e exaltava de forma constante as ações de governo e os ideários estado-novistas. Foi com esse objetivo e essa preocupação que fundou a **Folha da Manhã**, jornal que considerava a sua tribuna:

Um governo que não escreve, não fala, não ouve, nem age, é um governo que não se fará entender. É um surdo-mudo. [...] Quando assumimos o governo de Pernambuco, em dezembro de 1937, trazíamos um programa – a recuperação econômica e social do meu Estado, em crise. Não poderíamos realizar esse programa sem uma doutrina e sem um órgão de propaganda. Fundamos, por isso, a Folha da Manhã que tem sido a nossa tribuna (MAGALHÃES, 1985, p. 29-30).

Agamenon produzia um discurso político e moralizante em que os exemplos individuais, histórias cotidianas do homem simples tornaram-se uma estratégia recorrente, que procurava, entre outros efeitos, demonstrar ser ele um político em contato direto com a população e atento aos problemas presentes nos universos mais particulares:

Recebi impressionante carta de um guarda livros de uma empresa industrial. Diz

ele que foi contratado há cinco anos com ordenado de 700\$000 mensais. Era solteiro. Casou-se logo depois. Tem quatro filhos. O seu ordenado, entretanto, é o mesmo. Aumentaram os seus serviços, cresceram as suas responsabilidades de família, a vida encareceu, a indústria prosperou, só o seu salário não se modificou. Pede-me que escreva sobre isso e lembre uma solução (*Idem*, p.31).

E logo estaria a resposta ao pedido do funcionário publicada na **Folha da Manhã**, em artigo intitulado... ‘A solução’:

Tenho estudado e escrito muito sobre o salário no Brasil. Depois de muita observação e confronto da nossa formação industrial com a dos outros países, cheguei à conclusão de que devemos adotar uma solução econômica. Não podemos pensar em salários altos porque as nossas indústrias são incipientes e dependem, em grande parte, da importação de material

estrangeiro. Falta-lhes estabilidade. Todas elas têm altos e baixos. Fases de depressão e de prosperidade. [...] As empresas, por isso, deviam adotar forma mista de salário. Uma parte fixa e outra variável de acordo com seus lucros (*Idem*).

Agamenon tornava público, também, seu contato com o povo durante os passeios que realizava nas ruas do Recife, afirmando que ocorriam “às manhãs ou às tardes dos dias santos e feriados, visitando inesperadamente os sítios, onde vivem os ricos e os humildes” (*Idem*, p.257-258). Esses contatos com pessoas de classes sociais distintas, que se deparavam com o interventor *em carne e osso*, eram contrapostos discursivamente ao que seria um vazio anterior do liberalismo. Nessas ocasiões, ressaltava, por vezes, realizações de seu governo através da interação que dizia ter com os populares:

Saí domingo pela estrada de Caxangá, parando aqui e ali, indagando da vida de

quem encontrava. Dei numa horta, onde um plantador refazia os canteiros que a cheia levou. O homem trabalhava com vontade de recuperar num dia o que perdera num mês. Há três semanas que não vendia um pé de coentro, quando fornecia duzentos mil réis de hortaliças à Cooperativa. Estava,

entretanto, pagando o aluguel da terra. Se não fosse a Cooperativa, que antecipou a distribuição do retorno e das sementes, ele tinha de mudar de vida. [...] Continuei a jornada. Entrei num estábulo que fica à margem da estrada. Bonitas vacas holandesas. Bezerros pulando. Dois vaqueiros no meio deles. Puxei conversa. Quantas vacas têm? Como vivem? Quanto vendem de leite por dia? – Uma meia dúzia. Todas com saúde e dando muito leite. E temos aqui três famílias. Apuramos uns 150 a 200 mil réis por dia. A Cooperativa foi a melhor coisa que esse governo fez. A melhor coisa desse governo, disse a mulher que estava ao meu lado, foi essa estrada (*Idem*, p.258).

Homem de confiança do presidente Vargas, o novo interventor se propusera a propagandear e legitimar os ideários do Estado Novo (PANDOLFI, 1985, p.35).³ Considerado um dos políticos mais fiéis a tais ideários, esta era uma peculiaridade bastante significativa, que fazia de Pernambuco uma espécie de estado-modelo para outras unidades da federação no que dizia respeito às relações estabelecidas entre interventoria e Estado Novo (discurso e prática). Agamenon redigia diariamente artigos para o jornal que fundara em 15 de dezembro de 1937, tendo expressado na ocasião:

À **Folha da Manhã**, que surge sob o signo do Estado Novo brasileiro, envio saudações augurando-lhe relevante função histórica na orientação dos valores nacionais e na disciplina dos espíritos, condições de ordem

necessárias à consolidação do regime instaurado pelo Presidente Getúlio Vargas sob os aplausos de toda a Nação (PEREIRA, 1973, p. 70).⁴

Em suas páginas, encontrava-se um conjunto de princípios do que deveria ser o regime que se iniciava. O seu público leitor seria informado, por exemplo, que a partir de 10 de novembro de 1937 a descentralização ou autonomia dos estados daria lugar à centralização federativa; que o Estado passava do primado individual para o social; que o liberalismo, com a imposição econômica do indivíduo, ficara para trás; que o trabalhador, antes entregue à própria sorte, seria amparado pelo poder público; que o novo regime, ao considerar o trabalho dever social e moral julgava, conseqüentemente, a ociosidade como uma subversão; que os problemas regionais transformavam-se em nacionais com a centralização do pós-1937.⁵

³ Dulce Pandolfi (1985, p.35) afirma ainda que, “além de Vargas, a condução do novo regime estava nas mãos de Góes Monteiro, Eurico Dutra, Agamenon Magalhães, Benedito Valadares, Negrão de Lima, Francisco Campos e Filinto Müller.”

⁴ Telegrama de Agamenon Magalhães enviado à **Folha da Manhã** no momento de sua fundação.

⁵ Sobre o assunto, ver os seguintes artigos: O regime federativo (04.03.1938), O primado do bem público (12.04.1938), O Brasil e a

Agamenon legitimava o Estado Nacional, negando os conflitos de classes e apresentando o regime autoritário como uma democracia social. Eram artigos que justificavam o golpe e o pós-1937, cuja concepção definiu nos seguintes termos:

É uma democracia autoritária corporativa. O indivíduo atua no Estado Brasileiro, colaborando com o governo, como cidadão, na Câmara Política, e como produtor, no Conselho de Economia Nacional. O governo central é forte, dentro da Federação, perdendo os Estados em autonomia os poderes e franquias, que forem necessários para fortalecer a Nação (MAGALHÃES, 1985, p.168).

O interventor seguia o seu governo escrevendo diariamente. Parecia que nada escapava à sua pena, que era, afinal, utilizada para despertar

paixões e mobilizar a população. Enaltecia a Constituição de 10 de novembro de 1937: “É um instrumento de vida e adaptação. Dentro dela, o Brasil pode crescer, sem perturbações, nem abalos profundos [...]” (*Idem*, p.160). Opinava também sobre a moral e os costumes, defendendo valores e leis conservadores e religiosos:

A Constituição de 10 de Novembro procurou restabelecer os valores morais de nossa formação cristã. [...] A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. É a norma salutar e imperativa do art. 124. Salutar sim, porque o Brasil não é o divórcio, nem as mulheres de pernas cruzadas, fumando nos cassinos. O Brasil não é o paganismo das praias. O Brasil é a família, o amor paterno, os filhos crescendo nos braços das mães, embalados nos cânticos da religião e da pátria (*Idem*, p.175).

verdade (06.04.1938), Política social (20.04.1938), Renovação social (03.05.1938) e Transformação dos interesses locais em interesses nacionais (23.03.1939) – (MAGALHÃES, 1985, p. 159-171).

Expunha, ainda, para seus leitores, ações de seu governo que julgava modernizadoras:

Estamos fazendo, no Recife, construções em série e em massa. Estamos construindo casas populares e grandes edifícios. A arquitetura define bem as épocas e as suas condições econômicas e sociais. O meu governo é um governo de ação social e de recuperação econômica. É um governo de renovação e trabalho. Começamos a reformar o homem pela habitação, pondo abaixo o mocambo, sacudindo a população pobre e acabando com o conformismo de uma vida sem esperanças. Foram surgindo as primeiras vilas populares e a reforma foi atingindo todas as camadas sociais, foi subindo das massas para as elites. Os velhos edifícios começaram, então, a cair. [...] O arranha-céu é o novo estilo arquitetônico (*Idem*, p.267-268).

Agamenon falava, assim, de valores, ideais, reafirmando posições na tentativa de que servissem de base para

comportamentos a serem seguidos pela sociedade. Estes deveriam estar de acordo com o regime ditatorial. Para tanto, defendia a moral cristã, a tradição, ao mesmo tempo em que proclamava funções novas para o Estado, na tentativa de apresentá-lo como ruptura, como instituidor de um novo tempo e de ações diferentes.

As cidades de sua época eram alvo da modernização, tendência que já acontecia desde o início do século XX. O Rio de Janeiro, então capital da República, tinha o papel de “metrópole-modelo”, irradiando para outras localidades o que de mais *avançado* havia, inclusive no que se referia à área comportamental (SEVCENKO, 1998). No caso do Recife, a sua transformação era tarefa que outros governos já haviam empreendido antes mesmo da década de 1930, seguindo uma tendência internacional. No entanto, com Agamenon, o projeto modernizador da cidade estaria atrelado às mudanças pós-1937, servindo de modelo legitimador da “emoção” que pretendia

trazer. Colocar abaixo os mocambos, por exemplo, substituindo-os por vilas populares – uma das prioridades de seu governo –, além de questão urbana era uma questão social. Como bem abordou Zélia Gominho:

O projeto revolucionário de *restaurar* a nação se dimensionava na perspectiva de um organismo doente. Sendo as principais cidades do país, em especial as capitais, os espaços a sofrerem intervenções cirúrgicas, a fim de sanar os males decorrentes da concentração popular no centro urbano. [...] A *questão social* se confunde com a *questão urbana*, embora a nível de discurso a questão social se sobreponha (GOMINHO, 1998, p.83) – grifos da autora.

Mas toda a estratégia de modernização do interventor não estava dissociada de seu oposto, ou seja, de manter a tradição. O mesmo homem que geria um governo disposto a (re)construir uma cidade, um estado, em nome de novos tempos, clamava também por suas raízes e uma

moral religiosa que se chocava, diversas vezes, com os elementos advindos da modernidade, mas que estava inteiramente em consonância com os valores cristãos atribuídos como necessários para concretizar o projeto estado-novista. As resistências que advinham das mudanças faziam parte, assim, não apenas de setores da população, mas também de membros do próprio governo que as estava colocando em prática. Falando da década de 1920 e de suas transformações, Antônio Paulo Rezende chama a atenção para reações variadas das pessoas, que muitas vezes terminavam por queixar-se do novo, uma vez que a convivência deste “com a tradição não era pacífica, causava impactos, admiração, receios” (REZENDE, 2002, p. 102).

Assim se encontrava Agamenon Magalhães: dividido entre os ritmos das mudanças e o apego aos elementos tradicionais, decorrentes de seus valores pessoais e/ou da política do Estado Novo. Valores estes

que estavam vinculados à Igreja Católica e se expressavam não apenas por meio da escolha da maior parte de seu secretariado e da aliança política com aquela instituição religiosa,⁶ mas também no conteúdo de seus escritos na imprensa. Nessas oportunidades, apresentava-se como defensor do ideário católico, ameaçado pela modernização, como no caso da defesa da família ou da oposição ao divórcio. O Recife crescia, modernizava-se, o progresso era defendido e elogiado, mas sobreposições do universo sacro a temas cotidianos eram apresentadas como essenciais, uma vez que se concebia a tradição como “um valor cultural que fixa, que retifica, a cada passo, a evolução social, evitando que se percam de vista o passado, as origens espirituais, os pontos de partida

mais distantes.” (MAGALHÃES, 1985, p.424) “A estrada dos séculos é cheia de marcos”, dizia Agamenon, que acreditava ser o Brasil um país tradicional, que “volta sempre às fontes de sua formação portuguesa e cristã” (*Idem*).

As derrubadas dos mocambos, os aterros de áreas dos mangues que cediam lugar para vilas populares, a substituição de antigos prédios por arranha-céus considerados o “novo estilo arquitetônico”, as medidas higienistas e disciplinadoras sobre a população e diversas outras políticas concretizadas ou aprofundadas no governo de Magalhães faziam parte de um cenário decorrente da expansão e aprofundamento do capitalismo. No entanto, essa modernização acontecia em um país que havia se laicizado com a proclamação da República, mas continuava a estabelecer relações estreitas com a Igreja Católica, que, por sua vez, lutava para ampliar seus espaços de atuação

⁶ Alcir Lenharo (1986, p.190) mostra como a Igreja atuou junto ao Estado na década de 1930. Por meio de apoio político “dos movimentos religiosos de rua do início da década, passando pela atuação da Liga Eleitoral Católica, até 1937, a Igreja cerrou fileiras junto ao poder [...]”. Ressalta o autor, ainda, que “tão ou mais decisivo foi o apoio intelectual prestado pela Igreja, cujo estoque de imagens e símbolos foi utilizado estrategicamente pelos ideólogos do poder.”

(MIRANDA, 1998).⁷ Política e religião estariam associadas, principalmente depois de 1937, quando “a Igreja Católica, em quase sua totalidade, aceita a imposição do novo regime” e “vai integrar-se, perfeitamente, ao trabalho social do Estado populista” (*Idem*, p.85).

3. ESTADO, RELIGIÃO E AS IDEIAS A COMBATER

As “bênçãos da Igreja” em apoio ao universo secular da política eram utilizadas estrategicamente com o intuito de ampliar a eficácia de saberes e ações do que se desejava reforçar ou minimizar no campo de forças das relações sociais. Assim fazia Agamenon Magalhães em Pernambuco:

Dom Miguel, arcebispo de Olinda e Recife, varão austero e abrasado no zelo do sacerdócio, acaba de assegurar à Cruzada

Social Contra o Mocambo o apoio moral do Clero e as bênçãos da Igreja, que não pode ser indiferente “à boa constituição da família, impossível sem um lar”. Lar, que não é um pardieiro deprimente, que se chama – mocambo, diz o grande prelado brasileiro, em sua carta admirável pela verdade de conceitos e apuro de estilo (MAGALHÃES, 1985, p.354-355).

As “bênçãos da Igreja” eram dadas sobre um dos projetos mais propagados de sua interventoria, a Cruzada Social Contra o Mocambo, que, aliás, trazia em sua própria denominação uma associação ao passado católico medieval. A finalidade cruzadista de Agamenon em Pernambuco era criar um sentimento de vergonha do mocambo, fortalecendo o projeto de sua extinção (*Idem*, p.203).

Em nome de Deus eram condenados o liberalismo e o comunismo, com o reforço do discurso religioso que, de forma maniqueísta, inseria em um

⁷ Em relação ao período que se inicia com a subida de Vargas ao poder em 1930, Carlos Miranda afirma: “a Igreja esperava tudo da nova ordem estabelecida, porque contava com o levantamento das restrições à sua liberdade, sobretudo no exercício de sua missão no campo educacional e assistencial.” (MIRANDA, 1998, p. 71).

universo demoníaco o que pretendia excluir:

Se quiséramos sumular, numa só denominação, a avalanche de todos os erros que vem escachoando, de eras as mais remotas, em surtos bárbaros de maré montante, na Renascença da cultura pagã, na Reforma, na Revolução, no Enciclopedismo, no Racionalismo e nessa coisa diabolicamente amorfa, indefinida, sutil, porém satanicamente devassadora e perversamente destruidora de todos os grandes valores da vida, o Liberalismo; se quiséramos sumular toda essa nefasta congérie, numa só denominação, diríamos: – o Comunismo (*Idem*, p.352).⁸

Em nome de Deus é que se proclamava a participação política da Igreja por meio da disseminação de suas ideias:

Só agora, a justiça social começa a penetrar a economia, que não pode encontrar a ordem fora da moral cristã. Da

moral cristã, que procura elevar a dignidade humana, defender a família, a casa, o salário justo. Da moral cristã, que é uma só para a vida privada e para a vida pública, para o indivíduo e para a sociedade. Da moral cristã, que condena o ódio e exalta o amor. O amor do próximo, como solução para todos os conflitos e asperezas das desigualdades. A única filosofia que pode evitar o predomínio de uma das tendências – a da luta de classes e a da autocracia do Estado, a violência, como técnica de governo e de solução dos problemas sociais. A única filosofia que pode restaurar a autoridade na família, nas fábricas e na sociedade política (*Idem*, p.355).

A moral cristã, com seus símbolos religiosos, seus discursos sobre os costumes, deveria ter a função de evitar conflitos, oposições ou questionamentos na sociedade. Em torno dela, ou a partir dela, havia a condenação e o reforço dogmático do que não deveria ser aceito como prática cotidiana no regime estado-novista.

⁸ Trecho da primeira Carta Pastoral de Dom Mário Vilas Boas, que assumia a Diocese de Garanhuns, transcrito em artigo de Agame-non Magalhães.

José Beozzo (1995, p.324) observou como as relações estabelecidas entre o poder público e o religioso se diferenciaram nos planos constitucional e prático. No primeiro, o poder estava concentrado, arbitrariamente, no Executivo: “a Carta de 10 de novembro elimina todas as chamadas emendas católicas da Constituição de 1934, exceto a que se refere ao ensino religioso, que é mantida, mas diminuída de alcance” (*Idem*). Entretanto, na prática, o governo expressava que as relações entre Igreja e Estado não seriam alteradas. De acordo com o presidente Getúlio Vargas:

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser

bons cidadãos, obedientes à Lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina portanto – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história (*Idem*, p.324-325).

O período do Estado Novo era, portanto, de aprofundamento das relações entre a Igreja e o regime político. Como ressalta Miranda, “não houve ruptura de continuidade nas relações Igreja-Estado com a proclamação do Estado Novo. Pelo contrário, houve por parte de muitos clérigos a adesão total e plena ao regime ditatorial.” (MIRANDA, 1998, p.90). O governo intervinha para ampliar os espaços da Igreja e neles mostrava para a população a aliança política com a referida instituição. Um exemplo de tal aproximação

ocorreu em 1939, quando da inauguração do Parque 13 de maio, no Recife, para realizar o III Congresso Eucarístico Nacional, que mobilizou, “diante da Cruz, 250 mil brasileiros, vindos de todas as regiões” (MAGALHÃES, 1985, p.357). O apoio da Igreja à política estado-novista durante os preparativos e a realização do Congresso era evidenciado pelos prelados no período (MIRANDA, 1998, p.109-110), assim como era ressaltada, pelo interventor, a importância da religião no projeto que se instituiu:

O caráter nacionalista do Congresso Eucarístico tem alta significação na hora em que o Estado Novo faz apelo às forças históricas e conservadoras da nossa formação, para a luta sem tréguas contra os extremismos exóticos. O cristianismo, não obstante o seu sentido universalista, tem sido um formador de pátrias (MAGALHÃES, 1985, p.351).

Igreja e Estado também teriam, em Pernambuco, seus laços fortalecidos através da

escolha do secretariado de governo, composto em sua maioria de nomes saídos da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica (CMMA), grupo religioso local criado sob a influência do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, presidido por Jackson de Figueiredo (MIRANDA, 1998, p.53).⁹ A Congregação Mariana, com sua “equipe de pensadores católicos”, tinha entre os seus objetivos o combate às ideias consideradas pagãs (*Idem*, p.61). Seria o que Agamenon denominava de “luta contra as trevas”, que significava combater o que a Igreja Católica considerava como universo a ser subjugado. “As doutrinas de esquerda, bem como o Espiritismo, o Protestantismo e as Religiões de origem afro-brasileira, são encaradas como uma séria ameaça ao Catolicismo”,

⁹ Fundado em 1922, o Centro D. Vital aglutinava um grupo de intelectuais católicos e foi presidido por Jackson de Figueiredo até sua morte, em 1928, quando foi substituído por Alceu Amoroso Lima. A instituição tinha como objetivo, inicialmente, “ajudar o Episcopado Brasileiro na obra de recatolização dos seus ideais na prática social”.

afirma Zuleica Dantas, que analisou os discursos e práticas repressivas às religiões afroumbandistas nas décadas de 1930 e 1940 (CAMPOS, 2001, p.207).

Essas visões, apoiadas por parte do laicato católico que governaria Pernambuco, exerceram influência sobre os critérios de escolha e conduções políticas dos mais variados matizes, tornando-se um importante elemento de consolidação do estado e de grupos ligados a ele, bem como de legitimação do *novum* momento que despontava e se firmava. Crítico de Magalhães, Andrade Lima Filho relata um episódio que envolveu o psiquiatra Ulisses Pernambucano, o qual, “tirado novamente do seu lar, foi levado à famigerada delegacia política para responder a uma pergunta assaz curiosa: – ‘Por que o senhor não vai à missa?’. (LIMA FILHO, 1976, p.102)” A importância de ser católico era evidenciada em termos políticos, e a aproximação entre Estado e Igreja Católica que ocorria nas instâncias federais fazia parte,

igualmente, do projeto que se estabelecia em Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início de seu governo, Agamenon Magalhães defendeu de forma sistemática as ideias e ações que ocorriam no âmbito federal no pós-1937. O anticomunismo, por exemplo, que se evidenciava na Presidência, estava presente em seus discursos e atos. Magalhães apontava como um dos principais motivos de sua volta para Pernambuco as consequências advindas do movimento comunista de 1935, que teriam, segundo ele, tornado o estado um local suspeito, chegando mesmo a ocasionar a fuga de capitais para outras unidades do país (MAGALHÃES, 1985, p.164). Em novembro de 1938, quem ligasse o rádio ou abrisse os jornais seria informado de que o local onde vivia era “um dos Estados do Brasil mais visados pelo Komintern”.¹⁰ Essa

¹⁰ Agamenon Magalhães, interventor federal. Relatório apresentado ao exmo. snr. Presidente da República, 1938-1939 – estado de

realidade, no entanto, estaria relegada ao passado com a chegada do novo interventor.

Os discursos produzidos em Pernambuco e apresentados à população eram utilizados, também, para compor relatórios enviados ao Presidente Vargas, a fim de divulgar as realizações políticas no estado. Em um deles, por exemplo, onde era citada a fala do secretário de Segurança Pública, enfatizava-se o que seria a neutralização da esquerda (“inteiramente”) pela polícia:

O grande problema das autoridades policiais, entre nós, como nos demais pontos do território nacional, vem sendo, nesses últimos anos, a ação perniciosa das esquerdas. Entre nós, por excelência, porque ninguém o ignora, Pernambuco sempre foi e o é, na realidade, um dos Estados do Brasil mais visados pelo Komintern. Por justa razão, portanto, fizemos combate às esquerdas, em todas as suas manifestações, o ponto

principal das nossas atividades em defesa do Estado. O comunismo de tudo se aproveita e tudo explora. Urge combatê-lo com decisão, onde quer que ele esteja e seja qual for o disfarce com que se apresente.¹¹

O anticomunismo era defendido por Agamenon Magalhães desde períodos anteriores. Como afirma Dulce Pandolfi, sua gestão como ministro da Justiça e do Trabalho fora “marcada por uma postura nitidamente centralizadora e anticomunista” (PANDOLFI, 1984, p.27). Ao assumir a direção do estado de Pernambuco, no entanto, o assunto tinha um significado imediato junto ao governo federal, que passava a ceder recursos para o novo interventor em apoio a ações repressivas contra as esquerdas:

[...] pouco depois de sua posse Agamenon telegrafou sigilosamente a Vargas para informar a existência de 269

Pernambuco presidente da República, p. 143 - APEJE. (Anexo 1).

¹¹ Agamenon Magalhães, Relatório apresentado ao exmo. snr. Presidente da República, 1938-1939, doc. cit., p. 147.

presos políticos considerados comunistas. Recebeu em seguida 40% dos cinco mil contos de linha especial de crédito aberta pelo governo federal para a repressão ao comunismo em todos os estados, deflagrando um cerrado combate à oposição, inclusive às antigas forças situacionistas, que foram completamente marginalizadas de todos os centros de poder (BELOCH e ABREU, 1984, p.2015).

Os discursos e práticas antiesquerdistas continuariam em sua apregoada tarefa de combate aos inimigos do Estado Nacional. Isto aconteceria mesmo anos depois, quando relembriaria o episódio de novembro de 1935, reforçando ou tentando estabelecer uma memória coletiva dos acontecimentos:

Estávamos dormindo, sonhando com liberdades, comícios eleitorais, voto secreto, quando despertamos sob o fogo e o sangue da tragédia comunista. Daí em diante é que ficamos em vigília até novembro de 1937, quando tomamos uma decisão heroica. O Estado assumiu,

então, o comando das forças nacionais, integrando-as dentro dos novos conceitos da autoridade, da disciplina, do trabalho e da ordem. Podemos, pois, os homens do Estado Novo, cobrir de flores os túmulos dos que morreram para nos advertir dos graves perigos que ameaçavam o Brasil (MAGALHÃES, 1985, p.171-172).

Em seu governo, além da condenação do comunismo, ocorreria também a associação entre este e o judaísmo, assim como se observava no âmbito federal. É bem verdade que as acusações e prisões de comunistas ou pretensos comunistas eram efetuadas em Pernambuco antes do Estado Novo, inclusive por meio de denúncias anônimas. Em carta ao interventor que antecedeu Agamenon, Carlos de Lima Cavalcanti, “um anônimo que muito aprecia a vitória do governo” afirmava que sua denúncia tinha como finalidade “avisar que se acham tramando um levante comunista, no qual se acham envolvidos diversos russos”. O autor da missiva listava onze nomes, todos com

sobrenomes judaicos. A pesquisa de prontuários individuais revelou que foram efetuadas sete prisões em decorrência dessa acusação anônima.¹² À época, os judeus já eram, pois, alvo de investidas antissemitas, que ocorriam também na imprensa. Em abril de 1932, por exemplo, o **Diário da Tarde** divulgava a seguinte notícia:

À meia-noite do dia doze do corrente a polícia daquele Estado [São Paulo] deu cerco a uma célula, chefiada pelo casal Goffman, de origem judaica. Tinha traçado um programa de agitação para o dia 1 de maio: 12 comícios, cinco conferências, farta distribuição de bandeiras com dísticos violentos, pintura nas paredes da cidade toda, com dizeres insultuosos. O casal de judeus tem um filhinho. Pobre menino cujos pais o exploram no serviço que contrataram

com o governo da pátria proletária (**DIÁRIO DA TARDE**, p. 2).

Agamenon continuaria com tal associação e com a disseminação do antissemitismo, seja através do jornal de sua propriedade – o qual veiculava constantemente matérias contra os judeus –, seja através da ligação com a Igreja Católica, assim como de membros de seu secretariado advindos da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica.

O Estado Novo formou-se e foi colocado para a sociedade como a solução de seus males, o pai presente que resolvia os problemas do filho, o qual não deveria, no entanto, questionar a autoridade paterna. As rebeldias não seriam toleradas e o grande projeto não aceitava a multiplicidade dos grupos na sociedade. Os conflitos eram negados e o Estado corporativo apresentado como única alternativa. Dos homens de governo exigia-se discursivamente ação, e da população, que cooperasse com eles, mas sem atuação política e todos os reveses que

¹² Carta anônima enviada ao interventor de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, acusando pessoas de envolvimento comunista. Recife, 10.02.1933. Prontuário Individual 2778, DOPS - APEJE. Os prontuários individuais dos que foram presos são os seguintes: 1912, 3592, 9192, 9193, 9200, 9212, 9238. DOPS - APEJE.

esta pode ocasionar, uma vez que as contradições são inerentes a ela. Admitir os conflitos e julgá-los necessários e mesmo fundamentais nas relações humanas era considerado algo fora do real:

Há pouco, ouvi um desses contemplativos dizer que a democracia é o regime da inteligência. Nele se encontram com liberdade todas as correntes do pensamento humano. Comunistas, democráticos, fascistas, nazistas, bonapartistas, lusos, africanos, hindus, sinagogos, os que têm pátria e os que não têm, tudo pode agitar-se nos congressos das nações liberais. O jogo de forças espirituais, a dialética, o conflito das tendências, o que emociona a inteligência, enfim, é muito bonito, e nada nos custaria se o mundo lá fora fosse um paraíso. Se a realidade fosse outra. Se a economia tivesse estruturas estáveis. Se a máquina não tivesse gerado o problema das massas. Se não houvesse superprodução. Se as populações fossem distribuídas com equilíbrio. Se os mercados se bastassem uns aos outros. Se

os povos fossem desarmados. Se a guerra não fosse uma das formas de vida da humanidade (MAGALHÃES, 1985, p.29).

REFERÊNCIAS

- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; FGV, 1984. v. 3.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 4).
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta**. Tese

(Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da UnB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado No-**

vo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife: Cepe, 1998.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LIMA FILHO, Andrade. **China gordo**: Agamenon Magalhães e sua época. 2. ed. Recife: Universitária, 1976.

MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e lutas**. Introdução de Nilo Pereira; apresentação de Roberto Magalhães. Recife: Fundarpe; Raiz, 1985.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil**: uma trajetória reformista (1872-1945). Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Tradição e política**: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves.

Pernambuco de Agamenon Magalhães. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife: Massangana, 1984.

PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães:** uma evocação pessoal. Recife: Taperoá, 1973.

REZENDE, Antônio Paulo.

O Recife: histórias de uma cidade. Organização de Magdalena Almeida. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

SEVCENKO, Nicolau (org.).

História da vida privada no Brasil 3: República – da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Sílvia Cortez. **Tempos de casa-grande (1930-1940).** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.